



COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA INICIA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA EM LOTEAMENTOS

SINOP | Membros da Comissão Especial da Câmara de Sinop instituída pela portaria 209/2025 para averiguar se a infraestrutura dos loteamentos entregues nos últimos quatro anos está em conformidade com as exigências da legislação iniciaram a fiscalização em campo.

Página - 3



Soja (saca 60Kg) Venda

Sinop	R\$ 100,30
Sorriso	R\$ 100,70
Lucas R. Verde	R\$ 101,30
Nova Mutum	R\$ 101,80
Rondonópolis	R\$ 107,70

Fonte: IMEA

Milho (saca 60Kg) Venda

Sinop	R\$ 47,80
Sorriso	R\$ 48,00
Lucas R. Verde	R\$ 47,70
Nova Mutum	R\$ 47,10
Rondonópolis	R\$ 51,90

Fonte: IMEA

Arroz (saca 60Kg) Venda

Sinop	
Arroz Sequeiro Cultivar Primavera	R\$ 60,00
Sorriso	
Arroz Sequeiro Cultivar Primavera	R\$ 60,00

Fonte: AGROLINK

Algodão

Cuiabá	R\$ 107,41
Sorriso	R\$ 105,92
Lucas R. Verde	R\$ 106,18
Nova Mutum	R\$ 106,57
Rondonópolis	R\$ 108,36

Fonte: IMEA

Boi Gordo (Compra comercial)

Sinop	R\$ 292,00
Nova Mutum	R\$ 295,00
Rondonópolis	R\$ 295,00

Fonte: IMEA

Índice de preços

Cesta Básica	R\$ 801,12
--------------	------------

Fonte: IMEA

Cotações

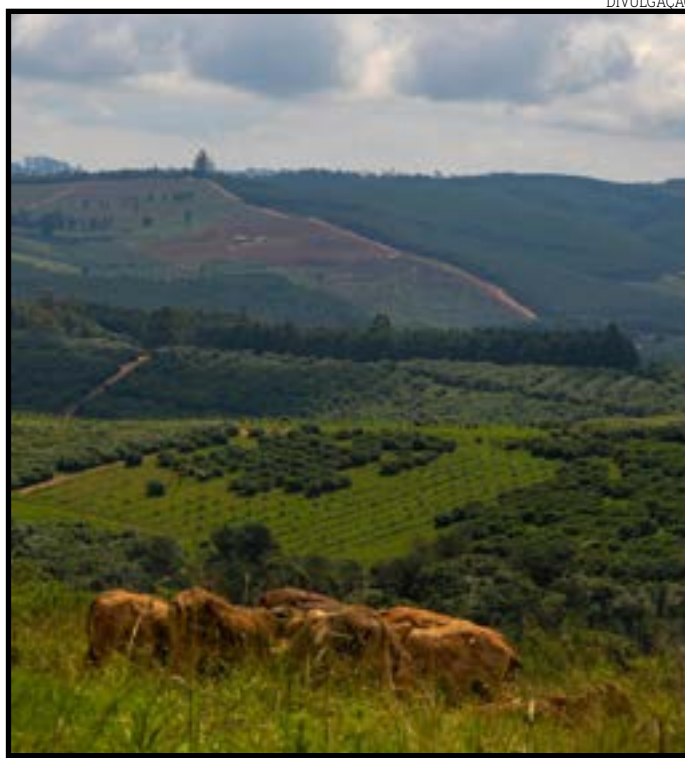
↑ Dólar +0,08%
R\$ 5,1825

↑ Bovespa 0,39%
180.058,52 pts

↑ Euro -2,56%
R\$ 6,0100

Selic (15% a.a.) Salário mínimo R\$ 1.621,00

DIVULGAÇÃO



VENDA DE FAZENDA ARRENDADA NÃO RETIRA OS DIREITOS DO PRODUTOR RURAL

A venda de uma fazenda arrendada é uma situação mais comum do que muitos produtores imaginam e, ao contrário do que se acredita, não encerra automaticamente o vínculo entre arrendatário e propriedade.

Página 4

PROCON/SORRISO

Fiscalização para coibir aumento de combustíveis

DIVULGAÇÃO



O conflito no Oriente Médio já começa a trazer consequências ao Brasil, com impacto direto nos combustíveis. A Associação Brasileira de Procons do Brasil divulgou a Nota Técnica 001/2026, em que reafirma a importância da atuação integrada de todos os Procons do país para evitar abusos e regular os reajustes de preços.

Página 5

DIVULGAÇÃO



MATERIAIS ESPORTIVOS

INVESTIMENTOS DE R\$ 100 MIL FORTALECEM O ESPORTE EM MATUPÁ

Página 5

LEMBRE DE MIM

Projeto localiza 58 pessoas desaparecidas

DIVULGAÇÃO



O Projeto "Lembre de Mim", desenvolvido pela Politec-MT, já identificou 58 pessoas desaparecidas, com óbitos ocorridos entre os anos de 2005 e 2025, a partir da revisão de 130 casos de vítimas não identificadas.

Página 8

Amazônia Seguros

Todo tipo de seguro a gente faz!

(66)99985-4325
@amazoniaseguros
www.amazoniaseguros.com.br
Av. Gov. Júlio Campos, 1245 St. Comercial, Sinop - MT



Editorial

PEC da Segurança fica melhor sem tratar de maioria

A aprovação pela Câmara dos Deputados da proposta de emenda constitucional para a segurança pública apresentada pelo governo, na quarta (4), teve como vantagem mais evidente a exclusão de um dispositivo no texto: a previsão de um plebiscito a respeito da redução da maioria penal.

Trata-se de uma velha bandeira da oposição de direita, que parte do pressuposto de que punições mais duras para infratores menores de idade ajudarão a reduzir a criminalidade. A proposta tem muito mais apelo popular do que sustentação em dados; mais importante, guardava escassa relação com o principal da PEC.

O projeto governista, que busca rebater críticas à inação de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no setor, pretende incluir na Constituição o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) —um modelo de cooperação entre União, estados e municípios comparável ao do SUS, na área de saúde.

O Susp foi criado por lei em 2018, mas até hoje não proporcionou resultados palpáveis. Os defensores da PEC argumentam que a inclusão no texto constitucional facilitará a implementação do sistema, algo a ser demonstrado pela experiência prática.

Outra inovação é a previsão de um regime jurídico mais rigoroso para organizações criminosas de alta periculosidade, a ser definido em lei, incluindo a possibilidade de restrição de benefícios penais, medidas patrimoniais ampliadas e mecanismos de proteção a denunciantes e vítimas. Amplia-se também a capacidade de atuação da Polícia Federal no combate a organizações criminosas e milícias, especialmente em casos com repercussão interestadual ou internacional.

Buscou-se ainda reforçar as verbas para a segurança, que ficaria com 30% dos recursos arrecadados das apostas esportivas online, entre outras fontes.

Aqui se repete um cacete da administração pública brasileira: cada setor reivindica para si alguma parcela carimbada da receita, e o resultado final é um Orçamento engessado no qual não se conseguem rever prioridades nem corrigir desequilíbrios.

Não há dúvida de que a PEC aborda um tema que figura, com razões de sobra, entre as principais preocupações da sociedade brasileira. É duvidoso, porém, que seja capaz de superar as divergências políticas entre o governo federal e os principais estados em torno da gestão das polícias e do combate à violência.

Em todo caso, é melhor que o texto tenha foco em aperfeiçoamentos institucionais. Questões ruidosas como a maioria penal devem ser debatidas à parte.

//

É duvidoso, porém, que seja capaz de superar as divergências políticas entre o governo federal e os principais estados em torno da gestão das polícias e do combate à violência

//



IMAGEM DO DIA



O Corpo de Bombeiros combateu um incêndio em um carro do modelo kombi, em um bairro localizado na região central de Sinop. A equipe do 4º Batalhão de Bombeiro Militar foi acionada e prontamente se deslocou ao local da ocorrência. Ao chegar, os bombeiros constataram que o veículo já estava totalmente tomado pelo fogo. De imediato, a equipe do 4º BBM iniciou o combate ao incêndio com a aplicação de cerca de 600 litros de água para o controle e extinção total das chamas. Após o combate foi feita a ação de rescaldo, que consiste na eliminação de possíveis focos remanescentes. Não houve registro de vítimas.



R\$ 1,7 BI EM INVESTIMENTO

Com mais de R\$ 1,7 bilhão em investimentos, o Governo de Mato Grosso garantiu, ao longo dos últimos sete anos, a infraestrutura necessária para acompanhar e fortalecer o crescimento econômico de Sinop, um dos principais polos de desenvolvimento do estado. A Capital do Nortão tem sua economia marcada pela forte produção agrícola, principalmente de soja, além de indústrias instaladas no município. Os investimentos estaduais contribuíram para garantir a infraestrutura necessária para que a economia local se desenvolvesse ainda mais.

HABITAÇÃO E INFRA

Na área de habitação, foram investidos R\$ 108,8 milhões na construção de 1.440 unidades residenciais do Residencial Nico Baracat, nas etapas 1, 2, 3, 4 e 6, por meio do programa SER Família Habitação. O empreendimento amplia o acesso à moradia para famílias, principalmente para aquelas que vieram de fora e escolheram Sinop para construir suas vidas e crescer junto com a economia do município. Em infraestrutura, um dos principais aportes foi direcionado para obras de asfaltamento. O investimento de R\$ 87,1 milhões garantiu asfalto novo na MT-329 e nas estradas municipais conhecidas como Estradas Nanci, Ângela, Adalgisa e Silvana. Também foram aplicados R\$ 39,8 milhões na restauração do asfalto da MT-423. O município recebeu ainda 30.846 lâmpadas de LED, com investimento de R\$ 17,5 milhões, destinadas à modernização da iluminação pública e à melhoria da segurança nas vias.

SAÚDE E EDUCAÇÃO

Na saúde, os investimentos contemplaram o Hospital Regional, com R\$ 5,1 milhões para a aquisição de 663 equipamentos hospitalares e outros R\$ 3,5 milhões para a reforma e melhoria da estrutura, além da aquisição de duas ambulâncias para a unidade. O investimento nesta última ação foi de R\$ 398,2 mil. Na educação, os recursos permitiram a construção da Escola Estadual Djalma Guilherme da Silva, com investimento de R\$ 6.601.892,39. Também foi realizada a reforma geral da Escola Estadual Paulo Freire, com aporte de R\$ 2,3 milhões, além da entrega de 13 ônibus escolares para fortalecer o transporte de estudantes, especialmente da zona rural, no valor de R\$ 5,2 milhões.

Coluna Tecnologia

Os insetos que podem sumir do mapa antes de serem descobertos



A floresta amazônica é tão grande que até mesmo os próprios biólogos desconhecem uma quantidade significativa de seres vivos. Segundo uma pesquisa, um dos grupos de espécies mais desconhecidas é o de insetos decompositores, como as moscas sarcosaprófagas. O estudo foi publicado na Proceedings of the Royal Society B.

Pesquisadores analisaram milhares de registros de ocorrência desses insetos e descobriram que ainda existem áreas com poucos ou quase nenhum apontamento. As regiões mais estudadas ficam próximas a rios, estradas e centros de pesquisa, enquanto vastas áreas remotas permanecem praticamente desconhecidas para a ciência, segundo informações do portal The Conversation.

As moscas sarcosaprófagas utilizam matéria orgânica animal em decomposição e desempenham papel importante na reciclagem de nutrientes nos ecossistemas. Além disso, esses insetos têm relevância para a saúde pública e para a ciência forense, já que auxiliam a compreender processos de decomposição.

Apesar da importância ecológica, o conhecimento sobre esses organismos ainda é limitado, principalmente na Amazônia. Isso ocorre porque boa parte do grupo de decompositores da floresta é formada majoritariamente por espécies pequenas e pouco visíveis.

Entre os grupos analisados no estudo estão moscas das famílias Calliphoridae, Mesembriellidae e Sarcophagidae. No total, os cientistas compilaram mais de 8 mil registros de ocorrência dessas espécies na Amazônia brasileira para mapear onde o conhecimento científico está concentrado.

Para entender os padrões de coleta de dados, os cientistas compararam registros reais com um modelo matemático que simula uma Amazônia idealmente amostrada. Nesse cenário hipotético, todas as áreas da floresta teriam a mesma probabilidade de serem estudadas.

Regiões mais acessíveis concentram a maioria dos dados disponíveis, enquanto áreas isoladas apresentam baixa probabilidade de entrar nos registros. O estudo estima que cerca de 40% da floresta tenha menos de 10% de probabilidade de observações sobre esses insetos.

Muitas das áreas mais preservadas da Amazônia permanecem pouco estudadas, enquanto regiões já impactadas pela atividade humana acabam sendo mais bem documentadas. Territórios quilombolas e regiões afastadas também aparecem entre os locais com menor esforço de pesquisa. Isso aumenta o risco de perda de espécies antes mesmo que sejam conhecidas ou descritas pela ciência, comprometendo estratégias de conservação.

Os autores destacam que reduzir essas lacunas exige novas estratégias científicas. Expedições direcionadas a áreas remotas e colaborações com comunidades locais podem ampliar significativamente o conhecimento sobre a biodiversidade da floresta.

Redes de pesquisa também desempenham papel central nesse processo, ao integrar dados, instituições e pesquisadores. Iniciativas como o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Síntese da Biodiversidade Amazônica, o CAPACREAM e a Rede Amazônia Oriental buscam justamente fortalecer a cooperação científica e superar desafios logísticos da região.

Uso de IA nas eleições

As resoluções também reforçam a proibição do uso de inteligência artificial para produzir conteúdos que configurem violência política contra a mulher, especialmente quando envolvam manipulações com nudez

O avanço da tecnologia tem transformado de maneira significativa a comunicação política. Ferramentas de inteligência artificial passaram a permitir a criação de imagens, áudios e vídeos com alto grau de realismo, ampliando as possibilidades de comunicação, mas também trazendo novos desafios para a proteção da integridade do processo eleitoral.

Atenta a esse cenário, a Justiça Eleitoral iniciou a preparação para o pleito de 2026 com a aprovação de um conjunto de 14 resoluções pelo Tribunal Superior Eleitoral, destinadas a regulamentar diversas etapas do processo eleitoral, desde o registro de candidaturas até a propaganda e a prestação de contas. As normas foram aprovadas nas sessões administrativas realizadas em 26 de fevereiro e 2 de março, estabelecendo diretrizes que orientarão candidatos, partidos políticos, advogados e eleitores nas eleições gerais cujo primeiro turno está previsto para 4 de outubro de 2026. Entre as mudanças mais relevantes está a atualização da Resolução TSE nº 23.610/2019, que trata da propaganda eleitoral e passa a disciplinar também o uso da inteligência artificial nas campanhas. A medida busca enfrentar um dos principais desafios do ambiente digital: a possibilidade de manipulação de conteúdos capazes de influenciar indevidamente a formação da opinião pública.

Uma das regras estabelece a restrição à circulação de conteúdos produzidos com inteligência artificial no período de 72 horas antes até 24 horas após o pleito, justamente o momento mais sensível do processo eleitoral. O objetivo é evitar a disseminação de materiais manipulados quando há menor tempo para verificação ou esclarecimento das informações. A nova regulamentação também proíbe o uso de tecnologias capazes de alterar imagem, voz ou manifestações de candidatos e pessoas públicas com o objetivo de induzir o eleitor a erro. Além disso, sis-



ANDRÉ POZETI

temas de inteligência artificial não poderão recomendar candidaturas aos usuários, evitando interferências algorítmicas na decisão do voto.

Outro ponto relevante diz respeito à responsabilização das plataformas digitais. Conteúdos já retirados por determinação da Justiça Eleitoral não poderão ser novamente publicados, e os provedores de aplicação poderão ser responsabilizados caso não promovam a remoção imediata de materiais considerados irregulares.

As resoluções também reforçam a proibição do uso de inteligência artificial para produzir conteúdos que configurem violência política contra a mulher, especialmente quando envolvam manipulações com nudez, pornografia ou outras formas de exposição degradante.

Mais do que impor restrições, as normas aprovadas pela Justiça Eleitoral procuram estabelecer parâmetros claros para o uso responsável das novas tecnologias no ambiente eleitoral. O objetivo não é limitar o debate político ou restringir a liberdade de expressão, mas assegurar que a disputa democrática ocorra dentro de condições de equilíbrio, transparência e respeito à vontade do eleitor.

Em um cenário em que conteúdos manipulados podem ser produzidos e disseminados em larga escala, estabelecer regras claras para o uso da inteligência artificial torna-se medida necessária para preservar a confiança pública no processo eleitoral. Ao antecipar essa regulamentação, a Justiça Eleitoral demonstra atenção às transformações tecnológicas e reafirma seu compromisso com a proteção da legitimidade das eleições e com a preservação da vontade soberana do eleitor.

ANDRÉ POZETI É ADVOGADO, ESPECIALISTA EM DIREITO ELEITORAL E EX-JUIZ MEMBRO DO TRE-MT, NA CLASSE DOS ADVOGADOS

EXPEDIENTE

DIÁRIO DO ESTADO MT

O Jornal diário do Mato Grosso

DIÁRIO DO ESTADO MT
05.460.358/0001-10

Diário do Estado de Mato Grosso

SINOP
Rua dos Angelins, 08, Sala 02, Jardim das Oliveiras Sinop-MT CEP 78552-442

CUIABÁ
Rua dos Angelins, 08, Sala 02, Jardim das Oliveiras Sinop-MT CEP 78552-442

Diretor-Geral
Carlos OliveiraDiretor de Redação
José Roberto GonçalvesEditor de Política
Clemerson MendesDiagramação e Artes
Thiago Stovinski

E-mails

atendimento@diariodoestadomt.com.br
comercial@diariodoestadomt.com.br

redacao@diariodoestadomt.com.br

Fone: 66 3535-1000

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES

ASSINATURAS

Sinop - R\$ 600,00 anual
Outras cidades - R\$ 800,00 anual

www.diariodoestadomt.com.br

Comissão Especial da Câmara inicia fiscalização técnica em loteamentos

SINOP. Membros vão averiguar se a infraestrutura dos loteamentos está em conformidade com as exigências da legislação

FOTO: JAIME JUNIOR

DA REPORTAGEM

Membros da Comissão Especial da Câmara de Sinop instituída pela portaria 209/2025 para averiguar se a infraestrutura dos loteamentos entregues nos últimos quatro anos está em conformidade com as exigências da legislação iniciaram a fiscalização em campo. Nesta semana, os vereadores integrantes da Comissão, Moisés do Jardim do Ouro, Toninho Bernardes e Élbio Volkweis, foram até os bairros Canarinho 1 e 2.

Os parlamentares foram acompanhados por profissionais da empresa responsável pelos levantamentos técnicos, que irão coletar amostras de materiais e elaborar relatórios sobre as condições das obras. O vereador Moisés do Jardim do Ouro explicou que a presença de engenheiros reforça a qualidade das fiscalizações.

"Foi criada uma comissão que vai fiscalizar cerca de 30 loteamentos em Sinop. A Câmara contratou uma empresa para fazer a parte técnica, realizar levantamentos e análises. Tivemos uma reunião de pré-programação e definimos esta data para estarmos aqui em campo verificando a qualidade do pavimento", explicou.

A engenheira Silvia Romfim, que acompanha a equipe técnica, explicou que o trabalho inicial consiste em um levantamento visual dos problemas existentes no local. Posteriormente, será elaborado um diagnóstico completo. "Hoje realizamos um levantamento visual para conhecer o bairro e entender os problemas apresentados pelos vereadores. Agora vamos

reunir nossa equipe técnica, composta por engenheiros, arquitetos e topógrafos, para elaborar o diagnóstico e o prognóstico, que indicará quais soluções devem ser adotadas. Esse documento será entregue à Câmara para as devidas providências", afirmou.

O vereador Toninho Bernardes afirmou que, mesmo em uma análise preliminar, já foi possível identificar problemas na pavimentação do bairro visitado. Segundo ele, o trabalho técnico será fundamental para apontar responsabilidades.

"A olho nu já percebemos muitos defeitos. Hoje foi uma visita técnica para observar a situação do bairro, mas a empresa vai se aprofundar nos trabalhos, fazer relatórios e apresentar à comissão. A partir disso, vamos analisar e encaminhar aos órgãos competentes, como o Ministério Público e o Poder Executivo, para que os responsáveis sejam identificados", destacou.

Para o vereador Elbio Volkweis, a comissão tem papel fundamental na defesa dos moradores e na fiscalização dos serviços realizados pelos loteadores.

"A importância desse trabalho é fiscalizar os maus serviços prestados dentro do nosso município. Os moradores pagam caro pelos lotes e não podem receber infraestrutura de baixa qualidade. Nosso papel é representar a população, investigar as falhas e cobrar que os responsáveis refaçam os serviços", declarou.

As próximas visitas in loco dos vereadores serão definidas por calendário que está em fase de elaboração pela empresa de engenharia.



Loteamentos entregues nos últimos 4 anos

MATUPÁ

Investimentos de mais de R\$ 100 mil fortalecem o esporte

DA REPORTAGEM

A Secretaria de Esportes de Matupá recebeu um importante reforço para fortalecer as atividades esportivas no município.

Mais de R\$ 100 mil em investimentos foram destinados à aquisição de novos materiais e equipamentos que irão atender escolinhas e projetos esportivos.

Entre os itens recebidos estão bolas, redes e materiais para futsal, basquete, handebol, voleibol e futebol society, além de mesas, raquetes, bolinhas e jogos de xadrez, ampliando as opções de treinamento e atividades para crianças e jovens.

De acordo com o secretário de Esportes, Franco, os

novos materiais chegam para melhorar a qualidade das aulas e dar melhores condições de trabalho aos professores e alunos.

"Estamos aqui na sede da Secretaria de Esportes com mais investimentos que vão atender nossas escolinhas e professores, trazendo mais rendimento e qualidade no aprendizado das crianças. Hoje contamos com uma grande variedade de materiais, desde mesa de tênis e xadrez até bolas de várias modalidades, deixando nossas atividades ainda mais completas", destacou o secretário. Com os novos equipamentos, a Secretaria passa a atender ainda melhor todas as escolinhas esportivas do município.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Mais de R\$ 100 mil investidos

ASSEMBLEIA

Leis reforçam direitos, transparência e inclusão nas relações de consumo

DA REPORTAGEM

No Dia Mundial do Consumidor, celebrado em 15 de março, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso destaca um conjunto de leis aprovadas em 2025 que fortalecem a proteção, a transparência e a inclusão nas relações de consumo no estado. As normas tratam de temas presentes no dia a dia da população, como contratos de serviços, acesso à informação, garantia de atendimento e proteção a públicos em situação de maior vulnerabilidade.

Além da produção legislativa, a Assembleia também conta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, responsável por acompanhar políticas públicas, analisar propostas e discutir demandas da sociedade. O colegiado é presidido pelo deputado estadual Faissal (PL).

Segundo o parlamentar, entre as principais reclamações recebidas pela comissão estão questões relacionadas à energia solar, às condições das rodovias e à qualidade do serviço de energia no estado. "Recebemos muitas demandas sobre energia solar, principalmente relacionadas às negativas da empresa Energisa para a instalação de novas usinas fotovoltaicas e a questionamentos sobre os

valores cobrados. Também há muitas reclamações sobre as condições das rodovias e as tarifas de pedágio", afirmou.

As leis aprovadas pelo Parlamento estadual podem ser organizadas em dois eixos: Proteção e Transparência e Inclusão e Cidadania, reunindo medidas que buscam tornar as relações de consumo mais equilibradas e seguras.

No eixo Proteção e Transparência, está a Lei nº 13.174/2025, que altera a legislação sobre cláusulas de fidelização em contratos com academias, evitando penalidades excessivas para cancelamento. A norma é de autoria do deputado Valdir Barranco (PT), em coautoria com o deputado Paulo Araújo (PP), e busca garantir relações contratuais mais equilibradas entre empresas e clientes. Também de autoria de Barranco, a Lei nº 12.939/2025 estabelece restrições para o corte de serviços essenciais, como energia elétrica, água, gás e telefone, em determinados horários e dias, evitando a interrupção do fornecimento em períodos considerados mais sensíveis. Já a Lei nº 12.852/2025 assegura ao consumidor o direito de ser atendido em qualquer canal disponibilizado pela empresa, seja presencial, telefônico ou digital.

FOTO: GIBA LEITE



Normas ampliam garantias de informação, atendimento e proteção ao consumidor

C.N.PARECIS

Investimentos junto Governo do Estado

DA REPORTAGEM

O município de Campo Novo do Parecis viveu um dia importante nesta semana com a visita do governador Mauro Mendes, acompanhado da primeira-dama Virginia Mendes e do vice-governador Otaviano Pivetta.

Durante o evento realizado no Tênis Clube, foram assinadas e anunciadas importantes ações para o município, incluindo autorização para asfaltamento da Avenida Rio de Janeiro, licitação de 41 km da MT-488, investimentos na educação com nova escola, retomada de creche e entrega de dois ônibus escolares, além de veículo e caminhão para fortalecer a agricultura familiar.

As conquistas são resultado da articulação do prefeito junto ao Governo do Estado, garantindo avanços importantes para o desenvolvimento e a qualidade de vida da população.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Investimento em infraestrutura

AGRICULTURA		PECUÁRIA		CONJUNTURA ECONÔMICA		Dólar Comercial		Dólar PTAX		Dólar Turismo		Euro Comercial		Euro x Dólar									
Cotação do dia: 06/03/2026		Cotação do dia: 06/03/2026		Cotação do dia: 27/02/2026		5,1825 +0,08%		5,2139 +0,38%		5,4148 +0,27%		6,0100 -2,56%		1,1593 -2,69%									
SOJA	Vila Rica	R\$/sc	102,40	BOI	Paranaíba	RS/@	321,50	Mega-Sena		Quina		Bolsa de Valores BVSP Bovespa IND											
MILHO	Diamantino	R\$/sc	47,40	VACA	Colniza	RS/@	286,37	Concurso 2981		Concurso 6970		Pontos	Volume	Máxima (Dia)	Mínima (Dia)	Varição							
ALGODÃO	Lucas do Rio Verde	RS/@	108,62	LEITE	Nordeste	RS/l	1,90	15	22	27	32	50	58	31	41	47	59	78	182,710	18,60 bi	180.174,13	177.636,63	0,39 %
FONTE:IMEA		FONTE:IMEA		FONTE:IMEA		FONTE:IMEA		FONTE:IMEA		FONTE:IMEA		FONTE:IMEA											

Venda de fazenda arrendada não retira os direitos do produtor

LEGISLAÇÃO. Desconhecer as regras pode gerar insegurança e prejuízos, mas a lei protege quem está amparado por contrato

FOTO: DIVULGAÇÃO

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A venda de uma fazenda arrendada é uma situação mais comum do que muitos produtores imaginam e, ao contrário do que se acredita, não encerra automaticamente o vínculo entre arrendatário e proprietário.

O novo comprador assume os direitos e obrigações do antigo dono, desde que exista contrato válido, ainda que seja verbal. No Brasil, a legislação agrária estabelece regras claras para proteger quem está produzindo, garantindo a continuidade dos contratos vigentes mesmo quando há mudança de proprietário.

Ignorar esses direitos ou desconhecer as obrigações legais pode expor o produtor a riscos jurídicos, operacionais e financeiros.

O arrendamento rural é um instrumento que assegura estabilidade à atividade produtiva, e sua vigência deve ser respeitada independentemente da negociação de venda da área.

Diante desse cenário, é fundamental que os produtores rurais estejam atentos às garantias previstas na legislação e saibam como agir para preservar seus direitos e

evitar prejuízos.

"Informação e segurança jurídica são fatores decisivos para assegurar a continuidade da produção e a sustentabilidade das atividades", destaca o advogado Nassim Kassem Fares, especialista em Direito Imobiliário.

O primeiro e mais importante passo é a formalização do contrato por escrito, ainda que o verbal tenha validade. Esse documento constitui o principal instrumento de prova da relação jurídica e das condições pactuadas. "O contrato escrito é a base de toda a proteção legal do arrendatário. Sem ele, o produtor fica em situação extremamente vulnerável, com dificuldades para comprovar seus direitos perante o novo proprietário", explica o advogado.

Além da formalização, o arrendatário pode optar pela averbação do contrato no Cartório de Registro de Imóveis e/ou pelo registro no Cartório de Títulos e Documentos. Ainda que a ausência do registro ou da averbação não retire os direitos do arrendatário, a medida pode trazer mais tranquilidade para aquele que produz.

Outro aspecto relevante é a inclusão de cláusulas es-

pecíficas que disciplinem garantias do arrendatário, como o direito de preferência na aquisição do imóvel, eventual indenização por benfeitorias realizadas, definição de prazo mínimo contratual e condições de rescisão ou saída. Esses dispositivos são essenciais para evitar conflitos e assegurar previsibilidade jurídica.

"Ainda que o contrato não contenha a previsão desses direitos ou, até mesmo, traga disposições que 'retirem' os direitos do arrendatário, garantias como o direito de preferência e os prazos mínimos continuam asseguradas pela legislação agrária. Isso porque os direitos dos arrendatários são irrenunciáveis", diz Fares.

Da mesma forma, é imprescindível que o produtor mantenha arquivados todos os comprovantes de investimentos realizados na propriedade, como melhorias estruturais, correção de solo e implantação de culturas perenes. "Esses documentos servirão como prova em eventual pleito indenizatório, pois demonstram o valor agregado ao imóvel e os investimentos realizados de boa-fé pelo arrendatário", destaca o especialista.



Lei protege quem exerce a atividade produtiva na área

VIGÊNCIA
É fundamental que o produtor rural esteja atento à vigência do contrato e ao cumprimento do prazo mínimo legal estabelecido pela legislação agrária. Nos casos envolvendo culturas permanentes e criação de animais de grande porte, o arrendamento deve observar o prazo mínimo de cinco anos, conforme previsto em lei, garantindo previsibilidade e segurança à atividade pro-

ductiva. Além disso, o contrato deve respeitar as condições de saída mencionadas na legislação agrária, incluindo prazos de notificação, responsabilidades das partes e eventuais direitos relacionados à continuidade da exploração ou à indenização por investimentos realizados. A legislação brasileira também assegura ao arrendatário o chamado direito de preferência, que consiste na prerrogativa de adquirir o imó-

vel nas mesmas condições oferecidas a terceiros, caso o proprietário decida vendê-lo. No entanto, esse direito nem sempre é respeitado, o que pode levar à adoção de medidas judiciais. "Caso a venda seja realizada sem a devida notificação ao arrendatário, este poderá ajuizar ação judicial para assumir a posição do comprador, adquirindo o imóvel nas mesmas condições da negociação original", afirma o advogado.

NÃO-ME-TOQUE

Bauer do Brasil e Irricontrol focam no pequeno produtor na Expodireto

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Bauer do Brasil e a Irricontrol estiveram na Expodireto, em Não-Me-Toque/RS, com a revenda Agriplan, apresentando as soluções 360° da Fazenda Inteligente, cujo objetivo é facilitar a vida do produtor rural, otimizar investimentos e aumentar a produtividade. Durante o evento, os produtores poderão conhecer de perto o pivô central de irrigação, equipado com todas as soluções disponíveis de conectividade do equipamento, o carretel Rainstar modelo T32 e o separador S300.

"Estar nesta feira representa uma grande oportunidade de aprendizado. Após tudo o que o Sul enfrentou, vemos produtores e empresas empenhados em reescrever suas histórias. Este é um momento de reconstrução, em que tecnologia, inovação e cooperação ganham ainda mais relevância para fortale-

cer o campo e impulsionar uma nova fase de desenvolvimento", explica Luiz Alberto Roque, CEO da Bauer do Brasil e Irricontrol.

O pivô de irrigação está disponível em diferentes tamanhos para comercialização, atendendo às particularidades de cada cultura. Um dos destaques nesse contexto é a Linha eco. O eco Pivô é um pivô central compacto, desenvolvido para áreas de 15 e 20 hectares, que combina simplicidade operacional, baixo consumo de recursos e o padrão construtivo do Grupo Bauer.

O equipamento também pode ser integrado à tecnologia da Irricontrol, reforçando o compromisso da empresa com a produtividade sustentável e o uso consciente da água. Mais um destaque da linha é o eco ProRain, sistema de irrigação por carretel que oferece gestão avançada da irrigação, facilidade operacional e rápido



Soluções para sustentabilidade, eficiência produtiva e conectividade no agro

retorno sobre o investimento (payback), que deve chegar ao Brasil para a Agrishow.

Complementando esse conjunto de soluções voltadas à eficiência produtiva

no campo, a Bauer também apresenta o separador S300, seu menor modelo, recomendado para pequenas propriedades com produção diária de até 140 m³ de dejetos.

FIQUE ATENTO

INSS alerta para golpe com app falso de reembolso

DA REPORTAGEM Agência Brasil

Criminosos estão usando um aplicativo falso em nome do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para aplicar golpes. A fraude se apresenta como um suposto serviço de reembolso de descontos associativos e tem sido disseminada principalmente para celulares com sistema Android.

De acordo com o INSS, o golpe foi identificado por pesquisadores da empresa de cibersegurança Kaspersky, que detectaram um malware conhecido como "BeatBanker". O programa é classificado como um "trojan bancário", capaz de roubar informações financeiras e assumir o controle do aparelho da vítima.

O golpe começa com a divulgação de um site falso que imita visualmente a loja oficial de aplicativos do Android. Nesse ambiente fraudulento, é oferecido um aplicativo chamado "INSS Reembolso", que se apresenta como ferramenta oficial

para solicitar devolução de valores. Ao instalar o programa, no entanto, o usuário passa a ter o celular comprometido pelo malware, que pode acessar informações sensíveis armazenadas no dispositivo.

Segundo especialistas em segurança digital, o aplicativo malicioso é capaz de espionar aplicativos bancários, capturar senhas e dados pessoais, redirecionar transferências financeiras e até assumir controle remoto do celular. Esse tipo de software é frequentemente utilizado por criminosos para acessar contas bancárias e realizar transações sem o conhecimento da vítima.

O INSS orienta a população a não instalar aplicativos fora das lojas oficiais e a desconfiar de serviços que prometem reembolsos ou liberação de valores por meio de links ou páginas desconhecidas. O órgão reforça que o único aplicativo oficial para acesso a serviços previdenciários é o Meu INSS, disponível nas lojas oficiais de aplicativos.

VALORES SÓLIDOS

Girassol Agrícola conquista novamente Selo Agro Mais Integridade do Mapa

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A excelência e o compromisso com a integridade voltam a colocar a Girassol Agrícola em destaque no agronegócio brasileiro. Referência na produção de sementes, a empresa acaba de conquistar, pela terceira vez consecutiva, o Selo Agro Mais Integridade, concedido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

O evento de entrega da sétima edição, referente ao biênio 2025-2026, foi realizado na sede da ApexBrasil, em Brasília, e reconheceu 49 empresas (incluindo filiais), uma associação e duas cooperativas, do total de 96 inscritas, sendo a mato-grossense a única sementeira.

Inserida em um dos setores mais relevantes da economia nacional, a Girassol Agrícola integra o grupo de empresas que contri-

buem para consolidar o protagonismo do agronegócio brasileiro no cenário global, marcado pela busca por produtividade, inovação e sustentabilidade.

Para Gilmar Meneghini, diretor executivo da companhia, o reconhecimento é uma honra e um marco relevante. "Além de validar e consolidar o êxito do nosso Programa de Integridade, reforça o compromisso contínuo com o fortalecimento dos controles internos, a adoção de práticas sólidas de governança corporativa e a construção de um ambiente em que a integridade orienta todas as nossas decisões", comenta.

O Programa de Integridade da sementeira tem a sua frente a área de Compliance, com a advogada Maria Clara Souza na função de coordenadora Jurídica e Compliance, e Lindolfo Ju-



3ª consecutiva na lista das empresas premiadas

nior, engenheiro de Saúde, Segurança e Meio Ambiente no apoio de algumas ações.

Neste setor é preparada a documentação avaliada rigorosamente pelo Comitê Gestor do Selo. Entre as estruturas que formam a inicia-

tiva, estão o Código de Ética e Conduta, políticas internas de Anticorrupção, Compliance, Conflito de Interesses, Comitê de Integridade, Canal de Denúncias e treinamentos internos que fortalecem O Jeito de Ser Girassol.



Programa malicioso rouba dados bancários de usuários

Procon intensifica fiscalização para coibir aumento abusivo de combustíveis

SORRISO. Trabalho feito no município segue a orientação nacional

DA REPORTAGEM

O conflito no Oriente Médio já começa a trazer consequências ao Brasil, com impacto direto nos combustíveis. Na terça (10), a Associação Brasileira de Procons do Brasil divulgou a Nota Técnica 001/2026, em que reafirma a importância da atuação integrada de todos os Procons do país para evitar abusos e regular os reajustes de preços, para que ocorram de forma transparente e de acordo com a legislação.

A nota também contextualiza que “nos últimos dias, a intensificação de tensões geopolíticas envolvendo o Irã e outros atores no Oriente Médio provocou volatilidade no mercado global de energia e elevação da cotação internacional do petróleo”.

Como desdobramento desta volatilidade, ou seja, desta instabilidade, a Agência dos Procons continua afirmando que “a instabilidade em regiões estratégicas para a produção e o escoamento da commodity gera incertezas no mercado internacional e pode produzir efeitos nas cadeias de abastecimento de combustíveis e nos custos logísticos em diversos países”.

Na sequência, a partir da manifestação da Associação Brasileira dos Procons, a unidade de Sorriso emitiu a Notificação Recomendatória 001/2026, na qual reitera que está intensificado o monitoramento de preços, com levantamento periódico de preços, solicitação de notas fiscais de aquisição de combustíveis, fiscalização administrativa e instauração de processos administrativos sancionadores em caso de indício de prática abusiva.

O documento deixa claro que “possui caráter pre-

ventivo, orientativo e educativo, visando preservar o equilíbrio nas relações de consumo, assegurar a transparência do mercado e proteger os consumidores contra práticas abusivas.

Como forma de frear a disparada de preços, o Governo Federal anunciou que não cobrará mais impostos sobre o diesel, e ainda aumento do imposto de exportação sobre o petróleo; concederá incentivo aos produtores e importadores de diesel; além de ações para fiscalizar o repasse do custo das medidas ao consumidor.

Em Sorriso, o Procon conta com uma unidade no Ganha Tempo Central e um posto de atendimento no Ganha Tempo da Zona Leste.

Para acionar o órgão de defesa do consumidor, também é possível entrar em contato pelo Disk Denúncia 0800 000 4723 ou ainda pelo (66) 99938-1091. Já o contato com o Cartório é pelo (66) 3545-4771 e ou (66) 99715-9078.

IMPOSTO ZERADO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto presidencial na quinta (12) zerando as alíquotas do PIS e do Cofins sobre a importação e comercialização do diesel. Além disso, assinou medida provisória (MP) com subvenção ao diesel para produtores e importadores.

“[As medidas são] para que a gente garanta que essa guerra não chegue ao bolso do motorista, ao bolso do caminhoneiro e, sobretudo, não chegando ao bolso do caminhoneiro não vai chegar ao prato de feijão, à salada do alface, da cebola e a comida que o povo mais come”, afirmou Lula em coletiva de imprensa no Palácio do Planal-

to, em Brasília.

As medidas foram anunciadas em caráter temporário – até dia 31 de dezembro deste ano – e justificadas por causa da alta do petróleo causada pela guerra no Irã, que vem obrigando países a liberarem estoques de emergência.

O corte dos impostos deve reduzir o valor do litro em R\$ 0,32 na refinaria. Já a subvenção aos produtores e importadores deve ter impacto de mais R\$ 0,32 por litro. Ao todo, as duas medidas devem reduzir o preço em R\$ 0,64 por litro do diesel, segundo cálculos do Ministério da Fazenda.

A subvenção aos produtores e importadores será condicionada a uma comprovação de que o valor foi transferido para os consumidores finais. Para compensar a perda na arrecadação e incentivar o refino de petróleo no Brasil, o governo passará a cobrar uma alíquota de 12% sobre a exportação de petróleo.

Foi publicado ainda um segundo decreto, esse em caráter permanente, com medidas de fiscalização e transparência para combater o aumento abusivo dos preços dos combustíveis para fins de especulação.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicou que a abusividade deve ser definida por critérios objetivos a serem desenhados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP):

“Nós criamos dois novos tipos para caracterizar a abusividade do distribuidor, tanto no caso de um armazenamento de combustível injustificado, quanto do aumento abusivo do preço que passa a ser fiscalizado pela ANP a partir de critérios ob-



Ex-alunos participam de palestras sobre o protagonismo feminino

jetivos que serão produto de uma resolução da agência.”

IMPACTO ECONÔMICO

Com o imposto do PIS e Cofins zerado para o diesel, o governo espera perder R\$ 20 bilhões em arrecadação. Já a subvenção ao diesel deve ter um impacto de R\$ 10 bilhões no caixa da União. O governo espera que esse valor seja compensado pelo imposto de exportação sob o petróleo, com previsão de arrecadar R\$ 30 bilhões até o final do

ano.

O governo ainda definiu referências objetivas para que a ANP e agências de defesa do consumidor possam atuar de forma mais eficiente no combate aos preços abusivos dos combustíveis.

A alíquota de exportação de 12% sobre o barril de petróleo, além de compensar a perda na arrecadação causada pelo subsídio ao Diesel, deve servir para incentivar os exportadores a deixarem parte da produção no merca-

do interno, em vez de buscarem exportar mais motivados pelo aumento do preço no mercado mundial.

“Como o preço do óleo bruto está disparando, se você não der uma medida compensatória que estimule quem produz óleo bruto a deixar nas refinarias brasileiras, ele vai colocar uma parcela ainda maior no mercado internacional, desbastando nossas refinarias”, comentou o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

PEDIRAM NOTA FISCAL

Moradores de Sinop e Tangará da Serra ganham R\$ 100 mil no sorteio do Nota MT

DA REPORTAGEM

Moradores de Sinop e Tangará da Serra foram os ganhadores dos prêmios de R\$ 100 mil sorteados na quinta (12) pelo Programa Nota MT. O 94º sorteio, referente às compras realizadas em fevereiro com CPF na nota, distribuiu ao todo R\$ 900 mil a 1.003 cidadãos cadastrados no programa. Participaram do sorteio 603.476 pessoas, que geraram 4.003.088 bilhetes eletrônicos.

Entre os ganhadores de R\$ 50 mil estão moradores de Cuiabá, Rondonópolis e Itaúba. Já os prêmios de R\$ 10 mil saíram para participantes da Capital, Primavera do Leste e Terra Nova do Norte. Além disso, sete pessoas foram contempladas duas vezes com o prêmio de R\$ 500.

Criado em 2019, o Nota MT estimula a cidadania fiscal

e também beneficia instituições sociais indicadas pelos sorteados, que recebem 20% de cada premiação. Nesta edição, estão entre as entidades filantrópicas premiadas a Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), instituições que atendem pessoas em tratamento de câncer, além de associações que atuam na causa animal.

O sorteio foi conduzido pelo secretário adjunto de Projetos Estratégicos, Vinícius Simioni. Também participaram a equipe técnica do Nota MT e o auditor da Controladoria Geral do Estado (CGE), Jonathas Fuji, garantindo transparência e lisura ao processo.

Também estiveram presentes no evento o secretário municipal de Sorriso, Tedy Wendel Puva, e os fiscais tributários municipais de Sorriso Marco Aurélio e Rogério Batista. O resultado do sor-



94º sorteio do programa distribuiu R\$ 900 mil a mais de mil participantes

teio foi divulgado por meio de transmissão ao vivo nas redes sociais da Secretaria de Fa-

zenda e já pode ser consultado no site www.nota.mt.gov.br ou no aplicativo Nota MT.

CUIABÁ

Suspeito de matar irmã já havia matado

DA REPORTAGEM

Marcos Pereira Soares, 23 anos, preso suspeito de estuprar e assassinar a própria irmã, 17, no bairro Três Barras, em Cuiabá, quarta (11), já possuía outras passagens pela polícia. Entre os crimes atribuídos a ele estão o assassinato da tia, Débora Pereira, em 2018, e a morte de um homem em 2020. O primeiro registro contra Marcos ocorreu em 2013, por roubo.

Segundo informações da polícia, o suspeito havia sido condenado a 17 anos de prisão, em 2023, pelos crimes de homicídio, furto e ocultação de cadáver. Ele estava preso, mas deixou a cadeia na semana passada após um possível erro no cadastro de processos judiciais.

Conforme dados da Polícia Civil, Marcos acumula 15 registros de ocorrências entre 2013 e 2025. Entre os crimes listados estão roubo, tráfico de drogas e ameaça, entre outros.

Veja cronologia dos crimes: 2013 => Roubo; 2015 => Tráfico de drogas; 2016 => Corrupção de menores, uso ilícito de drogas; 2017 => Di-

reção perigosa de veículo em via pública; 2018 => Adulteração de sinal identificador de veículo automotor; homicídio doloso; porte ilegal de arma de fogo de uso permitido; receptação; resistência e roubo; 2019 => Dano; 2020 => Corrupção de menores; roubo; prisão por mandado e roubo; 2021 => Estupro de vulnerável; lesão corporal e motim de presos; 2024 => Ameaça; 2025 => Descumprir medidas protetivas e lesão corporal.

Segundo a Polícia Civil, o corpo da adolescente foi encontrado submerso em um córrego, com uma pedra sobre as costas, indicando tentativa de ocultação. Ainda conforme a polícia, existe a suspeita de que a jovem tenha sido vítima de violência sexual.

Conforme o boletim de ocorrência, Marcos foi encontrado pelos militares no Bairro CPA II, enquanto caminhava por uma avenida. Após ser localizado, ele foi levado para a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), onde foi preso em flagrante. O caso é investigado pela Polícia Civil.

POLÊMICA

Oito em cada 10 brasileiros de até 40 anos defendem fim da escala 6x1

DA REPORTAGEM Agência Brasil

Levantamento da Nexus - Pesquisa e Inteligência de Dados mostra que 82% dos brasileiros de 16 a 40 anos são a favor do fim da escala 6x1, sem redução salarial. Na média geral, considerando todas as faixas etárias, 63% dos brasileiros defendem o fim da escala 6x1, independentemente da questão salarial.

A pesquisa entrevistou 2.021 pessoas com 16 anos ou mais, nas 27 unidades da federação, entre os dias 30 de janeiro e 5 de fevereiro. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.

De acordo com a pesquisa, 31% dos jovens de 16 a 24 anos (Geração Z) são totalmente favoráveis ao fim da escala 6x1, independen-

temente de a medida ter ou não impacto o pagamento dos trabalhadores; 47% deles disseram que são favoráveis se a proposta não ocasionar diminuição salarial; e 4% são favoráveis sem ter opinião formada sobre a manutenção ou redução dos salários. No total, 82% dos entrevistados dessa faixa etária defenderam o fim do 6x1, se não houver alteração no salário.

Já 35% dos brasileiros entre 25 e 40 anos (millennials) são totalmente favoráveis ao fim do 6x1, independentemente de isso impactar ou não o pagamento dos trabalhadores. Segundo os dados, 42% são favoráveis se a medida aprovada não implicar redução salarial. Há ainda 5% que se dizem favoráveis, mas ainda sem ter opinião formada sobre a condicionan-



Levantamento foi feito pela Nexus - Pesquisa e Inteligência de Dados

te (manutenção ou redução dos salários). No total, 82% são favoráveis ao fim do 6x1, sem queda na remuneração.

A aprovação do fim da

escala 6x1 cai para 62%, no entanto, entre os brasileiros de 41 a 59 e, para 48%, entre a população com mais de 60 anos.



Marcos havia sido condenado pelos crimes de homicídio, furto e ocultação de cadáver

Organizada do Botafogo vai ao CT para cobrar jogadores e diretores

CLIMA AGRADÁVEL. Líderes do elenco e diretores participam da conversa, que teve tom de cobrança em 2026

FOTO: REPRODUÇÃO

DA REPORTAGEM

Membros de uma torcida organizada do Botafogo foram ao Espaço Lonier e cobraram elenco e diretores pela eliminação na Libertadores, na terça. O time carioca perdeu para o Barcelona de Guayaquil, em casa, e não conseguiu chegar à fase de grupos.

Alex Telles, Allan, Barboza, Marçal e Vitinho foram os jogadores que conversaram com os torcedores. Somente Marçal, que está lesionado, não jogou contra o Barcelona de Guayaquil na derrota por 1 a 0 na terça-feira.

Entre os membros da direção do Botafogo estavam Alessandro Brito, diretor de gestão esportiva, Joel Carli, coordenador de futebol, e Léo Coelho, diretor de Coordenação de Futebol. Eles falaram com os capitães que iam para a entrada do Lonier e os jogadores acompanharam.

"A gente escuta as coisas de fora, o clube não se posiciona. A gente veio saber de vocês. Está acontecendo alguma coisa, faltando alguma coisa para vocês? O que aconteceu terça-feira foi vergonhoso. Para vocês é complicado, para a gente é pior", disse um torcedor. O próximo compromisso do Botafogo será neste sábado (14), às 19h30, contra o Flamengo. Em casa, o clube busca sair da 16ª colocação do Brasileirão.

PROCESSO DISCIPLINAR

A Conmebol abriu um processo disciplinar contra o Botafogo por infrações cometidas pelo clube carioca, na última terça, na derrota para o Barcelona-EQU, que culminou na eliminação da Libertadores. O Alvinegro pode receber multas por chegar atrasado ao estádio e pelo uso

de meias fora do padrão.

O relatório do delegado da partida de terça-feira apontou que o Botafogo chegou atrasado ao Estádio Nilton Santos em quatro minutos, algo não permitido pelo artigo 5.1.2 do Manual de Clubes da Conmebol Libertadores 2026.

"As equipes deverão programar sua chegada ao estádio com pelo menos 90 minutos de antecedência do horário do início da partida, com a finalidade de cumprir todos os requisitos prévios de apresentação de escalação e formação tática. Em nenhuma circunstância a partida poderá sofrer atraso como consequência da chegada tardia de uma equipe", diz o manual da competição.

A Conmebol prevê multa de ao menos US\$ 10 mil (R\$ 52,3 mil) pela infração. Em caso de uma segunda infração e infrações subsequentes, será imposta uma multa de pelo menos US\$ 15 mil (R\$ 78,4 mil).

Além do atraso, o delegado da partida também reportou que "todos os jogadores titulares do Botafogo jogaram a partida inteira com as meias cortadas e, por baixo das meias cinza-claro autorizadas, usavam meias pretas que davam a impressão de serem diferentes e não correspondiam às aprovadas pelos Departamentos de Competições e Arbitragem".

Nesse caso, o artigo 5.8 afirma que deve ser imposta uma multa de pelo menos US\$ 15 mil (R\$ 78,4 mil) e, em caso de segunda infração e infrações subsequentes, será imposta uma multa de US\$ 20 mil (R\$ 104,6 mil). O Botafogo tem até o dia 18 de março para apresentar argumentos e se defender. Procurado pela reportagem, o clube optou por não se manifestar.



Organizada do Botafogo vai ao Espaço Lonier para cobrar jogadores e diretores

O DIGITAL É VENTO O IMPRESSO É RAIZ

NO AGRONEGÓCIO, O TEMPO É MEDIDO EM SAFRAS, NÃO EM SEGUNDOS

ENQUANTO O MUNDO DIGITAL VIVE DA PRESSA E DE VÍDEOS QUE DESAPARECEM COM UM DESLIZAR DE DEDO, O JORNAL IMPRESSO PERMANECE. ELE TEM CORPO, TEM PESO E TEM HISTÓRIA

A autoridade de quem planta o futuro sobre o papel
Para quem busca solidez em um mundo de incertezas.

DIÁRIO DO ESTADO MT

O Jornal diário do Mato Grosso

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÁ – MT
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 005/2026

O município de Nova Ubiratá - MT, torna público que realizará no dia 16/03/2026 às 09:00 horas (horário oficial de Brasília) até o dia 19/03/2026 às 09:00 horas (horário oficial de Brasília). Realização por meio do portal <https://www.bl.org.br> licitação destinada à locação de software para análise e gestão de processos de licenciamento ambiental, destinado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratá/MT. Os interessados poderão consultar o edital, na sala de licitações, no horário de expediente da prefeitura ou obtê-lo nos sites www.novaubirata.mt.gov.br, www.bl.org.br.

Nova Ubiratá - MT, 16 de março de 2026.

RONALDO MARSSURA VERNI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÁ – MT
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026
RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO

O município de Nova Ubiratá-MT, torna público que na dispensa eletrônica nº 004/2026, julgamento realizado no dia 12/03/2026, às 10:00 horas de Brasília DF, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para locação de software para automação de medição de consumos e impressão de faturas com opção de pagamento com código de barras e QR CODE (PIX) com gerenciador na plataforma Web e aplicativo mobile nas plataformas Windows Mobile e Android, incluso 5 (cinco) chips com dados móveis/voz, implantação, configuração de impressoras, treinamento e suporte aos softwares e servidores que operam os aparelhos e o sistema de forma autônomo e seguro. Adjudicada em 13/03/2026 e homologada em 13/03/2026, sagrou-se vencedora do certame a empresa INOVAÇÃO COMPUTAÇÃO MÓVEL LTDA.

Nova Ubiratá - MT, 13 de março de 2026.

RONALDO MARSURA VERNI
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÁ MT
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2026 – Data: 05/03/2026 – Objeto: Aquisição Das Mudas De Flores E Plantas Ornamentais, Fornecedor Espaço Plantas E Serviços Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 41.923.599/0001-12, Valor Da Ata: R\$ 17.907,00 Vigência: 05/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 06/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2026 – Data: 05/03/2026 – Objeto: Aquisição Das Mudas De Flores E Plantas Ornamentais, Fornecedor Spasos Verde Comércio De Plantas E Serviços Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 22.256.154/0001-81, Valor Da Ata: R\$ 105.925,50 Vigência: 05/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 06/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2026 – Data: 11/03/2026 – Objeto: Confecção De Materiais Gráficos E Comunicação Visual, Fornecedor A F Grafica Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 30.657.865/0001-96, Valor Da Ata: R\$ 20.869,00 Vigência: 11/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2026 – Data: 11/03/2026 – Objeto: Confecção De Materiais Gráficos E Comunicação Visual, Fornecedor Altair Da Silva Santos Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 00.113.059/0001-96, Valor Da Ata: R\$ 68.500,00 Vigência: 11/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2026 – Data: 11/03/2026 – Objeto: Confecção De Materiais Gráficos E Comunicação Visual, Fornecedor Arp Assessoria Empresarial, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 63.950.856/000148, Valor Da Ata: R\$ 7.222,50 Vigência: 11/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2026 – Data: 11/03/2026 – Objeto: Confecção De Materiais Gráficos E Comunicação Visual, Fornecedor Castelo Gráfica E Editora Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 19.607.649/0001-01, Valor Da Ata: R\$ 19.000,00 Vigência: 11/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2026 – Data: 11/03/2026 – Objeto: Confecção De Materiais Gráficos E Comunicação Visual, Fornecedor Embacom Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 156.456/0001-09, Valor Da Ata: R\$ 36.895,97 Vigência: 11/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2026 – Data: 11/03/2026 – Objeto: Confecção De Materiais Gráficos E Comunicação Visual, Fornecedor Gráfica Prêmio Comunicação Visual E Serviços Impressão Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 40.870.928/0001-41, Valor Da Ata: R\$ 40.225,26 Vigência: 11/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2026 – Data: 11/03/2026 – Objeto: Confecção De Materiais Gráficos E Comunicação Visual, Fornecedor Rb Comunicacao Visual Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 14.940,30 Vigência: 11/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2026 – Data: 11/03/2026 – Objeto: Confecção De Materiais Gráficos E Comunicação Visual, Fornecedor Sp Comunicacao Visual Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 58.159.016/0001-21, Valor Da Ata: R\$ 101.250,00 Vigência: 11/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2026 – Data: 11/03/2026 – Objeto: Confecção De Materiais Gráficos E Comunicação Visual, Fornecedor Stamp Produtos E Serviços Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 47.305.688/0001-81, Valor Da Ata: R\$ 6.300,00 Vigência: 11/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2026 – Data: 11/03/2026 – Objeto: Confecção De Materiais Gráficos E Comunicação Visual, Fornecedor Viu Midias Indoor Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 20.594.700/0001-69, Valor Da Ata: R\$ 6.300,00 Vigência: 11/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2026 – Data: 11/03/2026 – Objeto: Confecção De Materiais Gráficos E Comunicação Visual, Fornecedor Vivax Collor Impressão Gráfica, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 30.635.573/0001-52, Valor Da Ata: R\$ 61.461,00 Vigência: 11/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 07/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2026 – Data: 12/03/2026 – Objeto: Aquisição De Óleo Lubrificantes, Graxa, Fluidos E Desengraxantes, Fornecedor Gaskam Comércio E Construção Civil Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 32.519.346/0001-97, Valor Da Ata: R\$ 85.400,80 Vigência: 12/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 08/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2026 – Data: 12/03/2026 – Objeto: Aquisição De Óleo Lubrificantes, Graxa, Fluidos E Desengraxantes, Fornecedor Indústria Química Cmt Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 10.717.170/0001-45, Valor Da Ata: R\$ 12.497,50 Vigência: 12/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 08/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/2026 – Data: 12/03/2026 – Objeto: Aquisição De Óleo Lubrificantes, Graxa, Fluidos E Desengraxantes, Fornecedor Lube Pack Comercial Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 46.310.289/0001-46, Valor Da Ata: R\$ 55.506,00 Vigência: 12/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 08/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2026 – Data: 12/03/2026 – Objeto: Aquisição De Óleo Lubrificantes, Graxa, Fluidos E Desengraxantes, Fornecedor Mixxon Comercio E Distribuição De Lubrificantes Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 39.346.001/0001-28, Valor Da Ata: R\$ 175.415,17 Vigência: 12/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 08/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2026 – Data: 12/03/2026 – Objeto: Aquisição De Óleo Lubrificantes, Graxa, Fluidos E Desengraxantes, Fornecedor Semeiar Maquinas Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 54.563.496/0002-11, Valor Da Ata: R\$ 199.870,00 Vigência: 12/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 08/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2026 – Data: 12/03/2026 – Objeto: Aquisição De Óleo Lubrificantes, Graxa, Fluidos E Desengraxantes, Fornecedor Suares Distribuidora De Produtos De Limpeza Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 18.202.203/0001-26, Valor Da Ata: R\$ 8.725,00 Vigência: 12/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 08/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2026 – Data: 12/03/2026 – Objeto: Aquisição De Óleo Lubrificantes, Graxa, Fluidos E Desengraxantes, Fornecedor T7 Distribuidora De Peças Automotivas Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 44.775.859/0001-48, Valor Da Ata: R\$ 82.320,00 Vigência: 12/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 08/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2026 – Data: 12/03/2026 – Objeto: Aquisição De Óleo Lubrificantes, Graxa, Fluidos E Desengraxantes, Fornecedor Tricate Comercio De Pecas Para Tratores Ltda, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 70.430.558/0001-92, Valor Da Ata: R\$ 30.740,00 Vigência: 12/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 08/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026 – DATA: 12/03/2026 – Objeto: Aquisição De Óleo Lubrificantes, Graxa, Fluidos E Desengraxantes, Fornecedor Ygor Dias Dos Santos Construcão De Edifícios, Inscrição No Cnpj Sob O Nº 61.864.238/0001-50, Valor Da Ata: R\$ 69.300,00 Vigência: 12/03/2027 – Origem: Pregão Eletrônico: Nº. 08/2026

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO
AVISO DE RESULTADO - CONCURSO Nº 01/2026

O MUNICIPIO DE SORRISO TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO CONCURSO - 1/2026 TENDO COMO OBJETO SELEÇÃO DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP PARA CELEBRAR TERMO DE PARCERIA PARA FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO, VISANDO O FOMENTO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS VINCULADOS NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO AOS DIREITOS DAS MULHERES E PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO, A SAÚDE INTEGRAL E O BEM-ESTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONFORME A SEGUIR, LOTE 01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: empresa vencedora ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA – CNPJ: 21.103.364/0001-77 – VALOR: R\$ 7.321.221,72; LOTE 02 - SECRETARIA DA MULHER E DA FAMÍLIA: empresa vencedora: ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA – CNPJ: 21.103.364/0001-77 – VALOR: R\$ 3.156.010,56. VALOR TOTAL GERAL R\$ 10.477.232,28.

Aleli Fernandes
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, CONSISTENTES NA MINISTRAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES, INCLUINDO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO, DISPONIBILIZAÇÃO DE INSTRUTORES QUALIFICADOS, MATERIAL DIDÁTICO, INSUMOS NECESSÁRIOS AS ATIVIDADES PRÁTICAS E CERTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021. CONTRATADO: (SENAC) – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, CNPJ: 03.658.868/0001-71. VALOR GLOBAL: R\$ 48.930,00 (quarenta e oito mil novecentos e trinta reais).

Aleli Fernandes
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026

A Prefeitura Municipal de Sorriso – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Av. Porto Alegre, nº 2.525, Centro na Cidade de Sorriso/MT, torna público o resultado do procedimento administrativo de INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026, tendo como objeto "CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO EXECUTIVA, COORDENAÇÃO E CURADORIA DE CONTEÚDO PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO GLOBAL AGRIBUSINESS FESTIVAL – GAFFFF, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE SORRISO/MT, COM ENFOQUE EXCLUSIVO NOS PILARES FAIR, FOOD E FÓRUM, BEM COMO A FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E FORNECIMENTO DE ESPAÇO DE EXPOSIÇÃO PARA O EVENTO GAFFFF, A SER REALIZADO NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP". EMPRESA CONTRATADA: GAFFFF FESTIVAL LTDA, CNPJ nº 56.687.118/0001-94. VALOR GLOBAL R\$ 10.000.000,00. Fundamento Legal: Artigo 74, Inciso I, Lei Federal 14.133/2021. Maiores informações, horário de atendimento das 7:00 às 17:00 horas, no Departamento de Licitação da Prefeitura de Sorriso – MT, endereço Av. Porto Alegre, nº 2.525, Centro na Cidade de Sorriso/MT ou através do site menu "Portal da Transparência", ou através do telefone (66) 3545-4700.

Aleli Fernandes
Prefeito Municipal

LUCIANO BEDIN, inscrito no CPF nº 800.***-**-533 torna público que requer junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT, a Licenças Prévia e de Instalação para a área total de 1.050,00 m² e Licença de Operação para a área construída de 300,00 m², para atividade de Armazém de Produtos Perigosos, com ênfase na armazenagem de defensivos agrícolas com a finalidade de atender a demanda da propriedade rural denominada Fazenda Vitória, localizada na Rodovia 242, S/N – KM 90 mais 10 km a esquerda, Zona Rural, CEP 78.888-000, no município de Nova Ubiratá. Não foi realizado o EIA/RIMA.

VICTOR HUGO ZANCANARO DE QUEIROZ E OUTROS, CPF nº 004.***-**-78, torna público que requer junto a SEMA, a Licença de Instalação – LI, para a atividade de irrigação com pivôs centrais, sendo dois equipamentos com área total de 415,03 hectares, a ser implantado na Fazenda Marizan, Rodovia BR-242, km 702 +15km a esquerda, Zona Rural de Boa Esperança do Norte. Não foi determinado EIA/RIMA.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA 1º Leilão: 01/04/2026, quarta-feira às 14h de Brasília 2º Leilão: 08/04/2026, quarta-feira às 14h de Brasília **BRUNO BARRETO SANCHES**, Leloeiro Oficial, JUCEMS nº 37, com sede na Rua TV Itaveira, nº 88, TV Morena em Campo Grande/MS, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo somente ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pela Credora Fiduciária COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO, CNPJ 32.983.165/0001-17, nos termos da Cédula de Crédito Bancário firmada entre as partes com o Emitente CONQUISTA NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA – CNPJ nº 43.408.832/0001-54, e como avalistas KLEBER MARTINS DE OLIVEIRA – CPF nº 692.521.591-20 e sua cónjuge VIVIANE FERREIRA DE OLIVEIRA – CPF nº 692.450.101-04, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 877.372,83 (oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos), o imóvel: Um terreno urbano com 1.400m² localizado no distrito industrial do município de Jaciara – MT, conforme metragens, confrontações constantes da matrícula anexa ao portal do leiloeiro, melhor descrito na matrícula nº 16.179 / CNM 135442.2.0016179-75 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE JACIARA/MT. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 694.630,51 (seiscentos e noventa e quatro mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta e um centavos) - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.barretoleiloes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTA EDITAL NO SITE www.barretoleiloes.com.br. Informações pelo Whatsapp: (67) 3204/2574 ou pelo e-mail juridico_af@barretoleiloes.com.br.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA 1º Leilão: 01/04/2026, quarta-feira às 10h de Brasília 2º Leilão: 07/04/2026, terça-feira às 10h de Brasília **BRUNO BARRETO SANCHES**, Leloeiro Oficial, JUCEMS nº 37, com sede na Rua TV Itaveira, nº 88, TV Morena em Campo Grande/MS, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo somente ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pela Credora Fiduciária COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO, CNPJ 32.983.165/0001-17, nos termos da Cédula de Crédito Bancário firmada entre as partes com o Emitente LOPES TRANSPORTADORA E GRAOS LTDA – CNPJ nº 48.246.648/0001-79, e como avalista JANDERSON DOS SANTOS LOPES – CPF nº 048.163.881-41 e sua cónjuge THAIS EMILIA SIQUEIRA SILVA – CPF nº 052.244.981-63, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 648.752,03 (seiscentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e três centavos), o imóvel lote de terreno para construção sob nº 08 da quadra 11 do "LOTEAMENTO RESIDENCIAL BURITIS PRIMAVERA V", com área de 205m², situado no perímetro urbano desta cidade, conforme metragens, confrontações constantes da matrícula anexa ao portal do leiloeiro. REGISTRO ANTERIOR: 30.851, deste RGI. Inscrição Municipal: 01.090.011.0008.000, melhor descrito na matrícula nº 32.281 do Registro de Imóveis de Primavera do Leste/MT. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 494.902,44 (quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e dois reais e quarenta e quatro centavos) - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.barretoleiloes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTA EDITAL NO SITE www.barretoleiloes.com.br. Informações pelo Whatsapp: (67) 3204/2574 ou pelo e-mail juridico_af@barretoleiloes.com.br.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TERRA VIVA – COOAVIL CNPJ 04.250.037/0001-29

O Presidente da COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TERRA VIVA – COOAVIL, inscrita no CNPJ nº 04.250.037/0001-29 convoca os cooperados, que nesta data totalizam 67 (sessenta e sete), para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 31 de março de 2026, na sede da cooperativa, localizada na Rodovia BR-242 MT, S/N, Km 01, Sorriso – MT. Primeira convocação às 6:00 horas, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos cooperados; segunda convocação às 7:00 horas, com a presença de no mínimo a metade mais 1 (um) de seus cooperados; terceira convocação às 8:00 horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 1) Prestação de contas do conselho de administração relativas ao exercício de 2025 compreendendo:
 - a) Relatório da gestão;
 - b) Balanço patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas e das perdas.
 - d) Parecer do Conselho Fiscal.
- 2) Destinação das sobras apuradas e rateio das perdas, após a dedução dos fundos obrigatórios.
- 3) Eleição dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2026/2027.
- 4) Plano de Atividades da Cooperativa para o exercício 2026.
- 5) Outros assuntos de interesse do quadro social.

Sorriso, MT, 13 de março de 2026.
JOÃO CARLOS TURRA
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TERRA VIVA – COOAVIL CNPJ 04.250.037/0001-29

A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TERRA VIVA – COOAVIL, por seu Presidente, no uso de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca todos os associados, que nesta data totalizam 67 (sessenta e sete), para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 16 de março de 2026, nas dependências do auditório da cooperativa, localizado na Rodovia BR-242 MT, S/N, Km 01, Sorriso - MT, às 08h em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos associados, segunda convocação às 07h com a presença de metade mais 1 (um) de seus associados, e em terceira e última convocação às 08h com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 1) Deliberar sobre a contratação de CPR – Cédula de Produtor Rural nº 01.0429-2027-0001 junto a Louis Dreyfus Company Brasil S.A.

Sorriso – MT, 05 de março de 2026.
JOÃO CARLOS TURRA
PRESIDENTE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA
AVISO DE ADESO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2026

O SENHOR CELSO LUIZ PADOVANI, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, torna público a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU ADESO Nº 003/2026 a favor da VALE COMERCIO DE PRODUTOS PARA EDUCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.773.870/0001-84, objetivando a Contratação de empresa para aquisição de brinquedos para playgrounds. Carona à ARP 002/2024 – Pregão Eletrônico 003/2024 – CIMASP – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto do Sapucaí) com o valor total de R\$ 107.778,25 (Cento e sete Mil Setecentos setenta e oito Reais e vinte e cinco centavos). PUBLIQUE – SE. Marcelândia/MT, 13 de Março de 2026.

Celso Luiz Padovani
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2026

O Sr. Celso Luiz Padovani, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, conforme disposto no art. 74, inc. I da Lei 14.133/21, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2026 a favor da empresa MPX BRASIL SOLUCOES WEB LTDA., CNPJ: 14.728.004/0001-03 Contratação de Empresa para realização especializada para reformulação, implantação e manutenção do website oficial do município com adequação ao PNT/PATRICON e TCE/MT. Interesse da Secretaria de Administração e Finanças prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, perfazendo o valor de R\$ 63.000,00 (Sessenta e Três Mil Reais). Tal contratação justifica-se em virtude de o serviço prestado pela referida empresa se enquadrar no art. 74, inciso 2, § 1º da lei 14.133/21, mais especificamente enquadramento em serviços de natureza singular e exclusiva, sendo inviável a abertura de um processo licitatório e impossibilita a competitividade. Marcelândia/MT, 13 de Março de 2026.

Celso Luiz Padovani
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026
RATIFICAÇÃO

O Prefeito de Lucas do Rio Verde, Sr. Miguel Vaz Ribeiro o torna público, que tendo concordado com a justificativa apresentada pela Secretaria e o parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica, no processo de Inexigibilidade de Licitação para a Contratação artística para realização de show musical da dupla Henrique & Diego, para apresentação no evento da 5ª Edição da Festa do Milho, que será realizada nos dias 10 de maio de 2026, na rotatória do Paço Municipal neste município, diretamente com a empresa HD PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA – CNPJ nº 15.338.266/0001-16, Valor: R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), em conformidade com as disposições legais, onde formulou-se expediente de Inexigibilidade de Licitação com fulcro nas disposições do art. 74, I da Lei 14.133/21, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação referida.

Lucas do Rio Verde – MT, 13 de março de 2026.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
PREFEITO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
EXTRATO DE ADESO Nº 001/2026 Do Pregão Eletrônico Nº 004/2025

Ata De Registro De Preços Nº 001/2026 Do Pregão Eletrônico Nº 004/2025 Da Prefeitura Municipal De Porto Nacional/To. O Município De Lucas Do Rio Verde-Mt. Vem Tornar Pública A Adesão A Ata De Registro De Preços Nº 001/2026 Do Pregão Eletrônico Nº 004/2025 Da Secretaria Municipal Da Cultura E Do Turismo De Porto Nacional – To, Para Contratação De Empresa Especializada Em Locação De Estruturas, Equipamentos E Serviços Diversos De Eventos Para Atender As Necessidades Da Prefeitura De Lucas Do Rio Verde – Mt. No Valor Total De R\$: 889.046,00 (Oitocentos E Oitenta E Nove Mil E Quarenta E Seis Reais). Da Empresa Monique Aparecida Da Silva Belém Ltda, Cnpj: 17.452.144/0001-81. O Pagamento Será Efetuado Com Recursos Próprios. A Integra Do Ato De Adesão E Demais Documentos Se Encontram Nos Autos. Na Prefeitura Municipal De Lucas Do Rio Verde-Mt. Fundamento Legal: Regida Pela Lei Nº 14.133/21, Decretos Municipais Nº. 6.097/2022, Nº. 6.096/2022, Nº. 6.090/2022, Bem Como As Demais Legislações De Regência.

Lucas do Rio Verde-MT, data da assinatura digital.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
PREFEITO

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA 1º Leilão: 31/03/2026, terça-feira às 10h de Brasília 2º Leilão: 07/04/2026, terça-feira às 10h de Brasília **BRUNO BARRETO SANCHES**, Leloeiro Oficial, JUCEMS nº 37, com sede na Rua TV Itaveira, nº 88, TV Morena em Campo Grande/MS, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo somente ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pela Credora Fiduciária COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO, CNPJ 32.983.165/0001-17, nos termos da Cédula de Crédito Bancário firmada entre as partes com o Emitente LOPES TRANSPORTADORA E GRAOS LTDA – CNPJ nº 48.246.648/0001-79, e como avalista JANDERSON DOS SANTOS LOPES – CPF nº 048.163.881-41 e sua cónjuge THAIS EMILIA SIQUEIRA SILVA – CPF nº 052.244.981-63, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 648.752,03 (seiscentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e três centavos), o imóvel lote de terreno para construção sob nº 08 da quadra 11 do "LOTEAMENTO RESIDENCIAL BURITIS PRIMAVERA V", com área de 205m², situado no perímetro urbano desta cidade, conforme metragens, confrontações constantes da matrícula anexa ao portal do leiloeiro. REGISTRO ANTERIOR: 30.851, deste RGI. Inscrição Municipal: 01.090.011.0008.000, melhor descrito na matrícula nº 32.281 do Registro de Imóveis de Primavera do Leste/MT. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 494.902,44 (quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e dois reais e quarenta e quatro centavos) - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.barretoleiloes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTA EDITAL NO SITE www.barretoleiloes.com.br. Informações pelo Whatsapp: (67) 3204/2574 ou pelo e-mail juridico_af@barretoleiloes.com.br.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA
AVISO DE ADESO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2026

O SENHOR CELSO LUIZ PADOVANI, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, torna público a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU ADESO Nº 003/2026 a favor da VALE COMERCIO DE PRODUTOS PARA EDUCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.773.870/0001-84, objetivando a Contratação de empresa para aquisição de brinquedos para playgrounds. Carona à ARP 002/2024 – Pregão Eletrônico 003/2024 – CIMASP – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto do Sapucaí) com o valor total de R\$ 107.778,25 (Cento e sete Mil Setecentos setenta e oito Reais e vinte e cinco centavos). PUBLIQUE – SE. Marcelândia/MT, 13 de Março de 2026.

Celso Luiz Padovani
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM
AVISO DE RESULTADO DA 4ª SESSÃO DO CREDECIMENTO Nº 014/2025

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do julgamento referente ao procedimento auxiliar supramencionado, decorrente da 4ª sessão pública, realizada no dia 13 de Março de 2026 com início às 09h (horário de Brasília-DF), cujo objeto consiste no CREDECIMENTO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE KITS DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM. Nesta sessão não houve novos interessados no processo. Nova Mutum - MT, 13 de Março de 2026.

Gustavo Cesar Bedin
Agente de Contratação - Presidente da Comissão

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
EXTRATO DE ADESO Nº 001/2026

Ata De Registro De Preços Nº 001/2026 Do Pregão Eletrônico Nº 004/2025 Da Prefeitura Municipal De Porto Nacional/To. O Município De Lucas Do Rio Verde-Mt. Vem Tornar Pública A Adesão A Ata De Registro De Preços Nº 001/2026 Do Pregão Eletrônico Nº 004/2025 Da Secretaria Municipal Da Cultura E Do Turismo De Porto Nacional – To, Para Contratação De Empresa Especializada Em Locação De Estruturas, Equipamentos E Serviços Diversos De Eventos Para Atender As Necessidades Da Prefeitura De Lucas Do Rio Verde – Mt. No Valor Total De R\$: 889.04

Projeto "Lembre de Mim" localiza 58 pessoas desaparecidas em MT

RECONHECIMENTO. Trabalho reforça política de identificação humanitária no estado

ASSESSORIA DE IMPRENSA

O Projeto "Lembre de Mim", desenvolvido pela Perícia Oficial e Identificação Técnica de Mato Grosso (Politec-MT), já identificou 58 pessoas desaparecidas, com óbitos ocorridos entre os anos de 2005 e 2025, a partir da revisão de 130 casos de vítimas não identificadas. A iniciativa consolida-se como uma ação forense humanitária de referência, voltada à garantia do direito fundamental à identidade, mesmo após a morte.

Executado de forma integrada pela Diretoria Metropolitana de Identificação Técnica e Diretoria Metropolitana de Medicina Legal, o projeto tem como objetivo revisar casos antigos de cadáveres sepultados sem identificação, utilizando necropapiloscopia, análise técnica especializada e tecnologias biométricas, como o Sistema Automatizado de Identificação Biométrica (ABIS). A ação está alinhada à Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (Lei nº 13.812/2019) e aos princípios da Ação Forense Humanitária, que buscam promover verdade, memória, justiça e dignidade humana.

A coordenadora do projeto, Simone Delgado, destaca que o trabalho desenvolvido vai além da identificação técnica. "Esse trabalho tem impacto direto na justiça cri-

minal, ao contribuir para a elucidação de casos, mas sobretudo na justiça social e humanitária, ao resgatar a identidade e promover direitos fundamentais, como o direito à verdade, à memória e à dignidade da pessoa humana", afirma.

Mesmo diante de desafios operacionais, como o acúmulo de demandas rotineiras da instituição e a indisponibilidade temporária de parte do acervo físico necessário às análises, o projeto alcançou resultados expressivos, considerados históricos no âmbito da identificação humana em Mato Grosso.

Até o momento, 28 famílias já foram localizadas e oficialmente comunicadas sobre a identificação de seus familiares, possibilitando o acesso à informação, o encerramento do luto suspenso e a adoção de providências legais e funerárias. O trabalho tem sido conduzido com rigor técnico, sensibilidade e respeito às famílias envolvidas.

A metodologia aplicada também contribui para o aperfeiçoamento das investigações criminais, a regularização de registros civis e a qualificação das informações sobre mortalidade, reforçando o papel da Politec como órgão estratégico do Estado.

Para Maira Nunes Bismarck, filha do Sr. Odenir Gomes Pedroso, identificado pelo

Projeto Lembre de Mim após anos de desaparecimento, relata o impacto da iniciativa para a família:

"Esse projeto nos trouxe descanso para o coração. Ficamos anos sem saber o que tinha acontecido com meu pai, que estava desaparecido desde 2010. Procuramos em hospitais, abrigos e em vários lugares, sempre na esperança de encontrá-lo. Por meio do projeto Lembre de Mim, tivemos finalmente uma resposta. Não foi da forma que gostaríamos, que era encontrá-lo em vida, mas saber o que aconteceu nos trouxe alívio. Fomos acolhidos e orientados em todo o processo, sempre com respeito e atenção. Somos muito gratos e desejamos que esse projeto continue ajudando outras famílias que ainda vivem essa espera." pontua.

INTEGRAÇÃO

Não há como deixar de destacar a importância da cooperação interinstitucional para o alcance dos resultados do projeto. Cerca de 26% dos casos identificados foram possíveis graças à parceria com outros órgãos de identificação do país, que estão realizando o processamento das impressões digitais das pessoas falecidas não identificadas em suas bases biométricas locais.

Além disso, o projeto con-



FOTO: KAMILLA WEISS/POLITEC

Iniciativa revisa casos antigos e localiza famílias

ta com o apoio do Núcleo de Pessoas Desaparecidas da Polícia Civil e do PLID- Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, do Ministério Público Estadual, que contribuem com a busca ativa de informações tanto para a identificação das vítimas quanto para a localização

de seus familiares. Essa atuação integrada é fundamental para o êxito das identificações e para o alcance do impacto humanitário do projeto 'Lembre de Mim'.

Como parte da estratégia de transparência e ampliação do alcance das informações, os dados das vítimas já iden-

tificadas cujas famílias ainda não foram localizadas são divulgados nos perfis oficiais da Politec e da Polícia Civil no Instagram. A medida permite que familiares ou pessoas com informações relevantes possam reconhecer os dados divulgados e colaborar com a localização dos parentes.

IPTU 2026

O seu carnê do IPTU 2026 já está disponível!

VENCIMENTO 30/06/2026

DESCONTO DE ATÉ

25%

EM COTA ÚNICA

consultar condições

PRESENCIAL:
PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIÃO

WHATSAPP:
65.99805.6465
SETOR DE TRIBUTOS

SITE:
<https://www.portoesperidiao.mt.gov.br/>

PORTO ESPERIDIÃO
PREFEITURA